

ADLAF CONGRESO 2016

Violencia y desigualdad

Svenja Blanke
Sabine Kurtenbach
(coords.)

Violencia y desigualdad : ADLAF Congreso 2016 / Jefferson Jaramillo Marín ...
[et al.] ; coordinación general de Svenja Blanke; Sabine Kurtenbach;
prólogo de José Mujica. – 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires:
Nueva Sociedad: Friedrich-Ebert-Stiftung: ADLAF, 2017.
256 p.; 23 x 15 cm.

ISBN 978-987-95677-9-1

1. Desigualdad. 2. Violencia. 3. América Latina. I. Jaramillo Marín, Jefferson II.
Blanke, Svenja, coord. III. Kurtenbach, Sabine, coord. IV. Mujica, José, prolog.
CDD 303

Primera edición: 2017

Corrección: Germán Conde, Vera Giaconi,
Kristie Robinson y Eduardo Szklarz

Diseño y diagramación: Fabiana Di Matteo

Fotografías de portada: Heinrich Sassenfeld, Shutterstock

© 2017 Fundación Foro Nueva Sociedad,
ADLAF, Friedrich-Ebert-Stiftung
Defensa 1111, 1º A, C1065AAU
Buenos Aires, Argentina

ISBN 978-987-95677-9-1

Queda hecho el depósito que establece la Ley 11.723.

Libro de edición argentina.

Prólogo <i>José Mujica</i>	9
Introducción <i>Svenja Blanke / Sabine Kurtenbach</i>	13
Persistencia, cambio y memoria	
Pasados y presentes de la violencia en Colombia. Marcos de diagnóstico, núcleos duros interpretativos y preguntas para desafiar el porvenir <i>Jefferson Jaramillo Marín</i>	19
Violencia y toma de decisiones políticas en Argentina y México de la postindependencia <i>Silke Hensel / Stephan Ruderer</i>	35
¿Una vaca = una vida? Reparaciones y desigualdad en comunidades posconflictos del Perú <i>Elisabeth Bunselmeyer</i>	52
Género y evolución de la justicia transicional. El caso de las reparaciones a víctimas de violencia política sexualizada en Argentina, Guatemala, Perú y Colombia <i>Rosario Figari Layús / Anika Oettler</i>	64
Desigualdades sociales, justicia transicional y posconflicto en Colombia <i>Laura Rivera Revelo / Stefan Peters</i>	79

Representación y performatividad

Nova arte da memória no Brasil
Márcio Seligmann-Silva 99

Sobre estética y contrapoder: la emergencia de espacios
artísticos de protesta en México
Marcela Suárez Estrada 114

El Chile neoliberal y los cuerpos nómadas de Diamela Eltit
Rebecca Weber 128

Espacios y actores

Espacio urbano y violencia
Ana Fani Alessandri Carlos 141

Inequality and drug violence: the crack market
in Recife, Brazil
Jean Daudelin / José Luiz Ratton 159

Violência e reprodução da insegurança nas práticas sociais
em São Paulo
Rainer Wehrhahn / Dominik Haubrich 175

¿Lucha por recursos o lucha por territorio? Conflictos
por agua y energía en la Araucanía
Johanna Höhl 191

Derecho y política

- El Salvador, de regreso al pasado
Marlon Hernández-Anzora 211
- Las desigualdades en la representación de mujeres
en cortes supremas de América Latina
Santiago Basabe-Serrano 220
- A negociação da despossessão: violação de direitos
e violência psicológica na construção da Usina Hidrelétrica
de Belo Monte
Sören Weißfermel 235

VIOLÊNCIA E REPRODUÇÃO DA INSEGURANÇA NAS PRÁTICAS SOCIAIS EM SÃO PAULO

Rainer Wehrhahn / Dominik Haubrich

Em muitos países, observam-se atualmente grandes mudanças nas práticas diárias da população, mudanças estas frequentemente relacionadas com o aumento da violência e da insegurança. Além da já conhecida proliferação de condomínios fechados, destacam-se também medidas de segurança especiais nas residências, bem como no ambiente residencial imediato e em vários processos de mobilidade, como, por exemplo, no caminho para o trabalho ou para a escola, visitas e atividades de lazer no centro. Tanto no conceito como na prática, esses hábitos estão diretamente relacionados com um diferimento do entendimento social dos contextos de ordem responsáveis pelo sentimento de segurança e/ou insegurança, tais como estatísticas de criminalidade, fontes de violência ou estratégias policiais e medidas implementadas em diferentes níveis espaciais. Governança de segurança, práticas de segurança da população e sentimentos de insegurança reproduzem-se assim mutuamente, tanto em distritos urbanos como em outras áreas.

INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA

Na América Latina, a insegurança e a violência são temas recorrentes nos debates públicos e nas publicações científicas. Na maioria dos casos, as análises sociológicas concentram-se em abordagens de explicações estruturais, profundamente enraizadas no âmbito estatal, na função de espaços

RAINER WEHRHAHN: é titular da cadeira de Geografia Humana da Universidade de Kiel. Trabalha com geografia social urbana e estudos migratórios. É membro do conselho da ADLAF e de outras instituições científicas e jornais. Seu foco regional de pesquisa é a América Latina, especialmente o Brasil. Atualmente, conduz um programa de dupla titulação em Geografia com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Recife, uma parceria interdisciplinar estratégica com o Erasmus+ em dinâmicas urbanas, juntamente com as universidades Paris 8, Santiago de Compostela (USC), UFPE e Universidad del Salvador (USAL, Argentina), assim como um projeto de pesquisa em políticas de segurança e práticas sociais no Brasil. URL: <www.stadtgeo.uni-kiel.de/en?set_language=en>. Correio eletrônico: <wehrhahn@geographie.uni-kiel.de>.

DOMINIK HAUBRICH: é CEO e cofundador da ONG interkular gGmbH em Berlim, que desenvolve e implementa estratégias locais para a integração de imigrantes no espaço urbano. Estudou Geografia na Universidade Técnica de Aachen e na Universidade de Kiel, onde concluiu seu doutorado em 2014. De 2012 a 2014, trabalhou como pesquisador em São Paulo e em Kiel. Sua tese de doutorado, intitulada «Seguramente inseguro – Uma perspectiva teórico-prática sobre a in-/segurança da classe média no Brasil», foi publicada em 2015 na coleção Urban Studies da editora Transcript. Correio eletrônico: <dominik.haubrich@interkular.de>.

político-sociais. No entanto, neste trabalho será adotada a perspectiva micro-geográfica para tematizar as práticas de segurança diárias dos atores locais. Tais práticas localmente eficientes serão, por um lado, analisadas por meio de suas interações com transformações espaciais, seja socioespaciais ou físico-estruturais e, por outro lado, por meio das mudanças sociais. Fragmentações urbanas e polarizações em geral, e especialmente a proliferação de condomínios fechados como uma das consequências dos fenômenos discursivos observados e estatisticamente mensuráveis, como violência e insegurança, têm sido amplamente discutidas neste contexto em publicações sociogeográficas. Isto ocorre em virtude, por um lado, do apelo ao paradigma socioeconômico e político da globalização e neoliberalização; por outro, do aumento disseminado constatado da violência e da insegurança. Processos globais, bem como condições específicas localmente eficientes, são identificados como causas do isolamento social e estrutural (por trás dos muros), do controle, da exclusão e, mais geralmente, de uma dissolução da (relativa) coesão social. Estes desenvolvimentos aceleraram-se ainda mais em contextos principalmente urbanos através dos seguintes processos de menor escala:

- nas grandes cidades brasileiras, observa-se um aumento de uma determinada forma de violência;
- os meios de comunicação e o setor da economia fomentam massivamente, com frequência, um discurso puramente econômico sobre violência e segurança;
- politicamente, no âmbito de conceitos de estratégias regulamentares e de segurança, observa-se, por um lado, uma reação às necessidades de proteção em diversos níveis, mas, por outro lado, segue-se uma definição clara de prioridades a qual se apodera e instrumentaliza discursos sobre violência e criminalidade;
- e na sociedade urbana, face aos crescentes índices de criminalidade de roubos e assaltos, exige-se, por um lado, a segurança garantida por direito pelo Estado, mas com ações e discursos que, por outro lado, contribuem para o aumento da securitização da vida diária, cujas consequências sociais são difíceis de prever.

Os mecanismos destes processos serão apresentados a seguir. A questão-chave é: como descrever e esclarecer as relações funcionais entre a) as mudanças estruturais na sociedade brasileira na esteira da globalização, privatização e fragmentação social e polarização, b) as mudanças fundamentais na governança da segurança pública e privada, em relação aos discursos da mídia pública, bem como de legitimação política sobre violência e insegurança e c) as novas práticas diárias da produção de (in-)segurança social. A fusão destes elementos acarreta uma maior

fragmentação social e socioespacial, bem como uma diminuição da coesão social. O escopo do estudo concentra-se nas práticas diárias dos moradores de São Paulo orientadas pela segurança. Ao aceitar empiricamente a transformação da interação social mútua, podemos demonstrar como certas formas de violência e insegurança são reproduzidas diariamente por meio de práticas orientadas pela segurança. Os conceitos da teoria das práticas e a governança de segurança constituem a base teórica do trabalho. A metodologia do estudo baseia-se em extensas entrevistas qualitativas e outros métodos sociológicos de pesquisa e coletas de dados.

PERSPECTIVAS SOBRE VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA

Medo, crises recorrentes na segurança pública, rebeliões em presídios, crescimento da criminalidade organizada, sensação de desconfiança e falência da justiça, persistência de situações de conflitos agrários e de violência doméstica, envolvimento de jovens com o crime, entre várias manifestações, compõem muito daquilo que hoje é associado ao debate sobre violência no Brasil. (Lima/Paula, p. 7)

Em nosso trabalho, consideramos tanto a violência como a insegurança como algo produzido e não como elementos conceituais predefinidos das ações sociais. Mais concretamente, argumentamos que, em uma relação de causa e efeito diária, a violência e a insegurança não devem ser consideradas dissociadas do contexto social, nem das categorias fenomenais; elas simplesmente mantêm-se correlacionadas em certos contextos, em uma relação de troca contínua. Para aprofundar estes efeitos de troca, analisaremos duas abordagens teóricas sobre três formas relevantes de violência: a violência estrutural, a violência como ato ameaçador (cf. Bilsky; Pain) e a usurpação da violência (cf. Abrahamsen/Williams). Neste contexto, destaca-se a questão de como, nestas perspectivas, a violência e a insegurança são respectivamente tratadas e qual é a sua correlação.

A violência pode ser gerada por indivíduos, por exemplo com assaltos, ou por diversos tipos de instituições (governo, agrupamentos paramilitares, órgãos públicos, etc.); ela também pode ser estruturalmente justificada. Assim, pode-se exercer uma violência estrutural das condições políticas ou econômicas, das normas socioculturais formais ou informais ou das relações sociais de poder predominantes, por meio do acesso desigual aos recursos. Nas pesquisas latino-americanas interdisciplinares, a questão da «violência» em sua ampla diferenciação ocupa há muito tempo um papel importante (Bodemer et al.; Koonings/Pansters, p. 117 e ss.). No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, existem também grupos de

pesquisa interdisciplinares sobre este assunto (por exemplo, Universidade de São Paulo¹, Universidade Federal de Pernambuco/Recife²). No contexto das práticas sociais diárias na área urbana analisado neste trabalho, será aplicado o conceito de violência estrutural tanto no sentido de acesso desigual ao recurso «segurança» como de agente ativo na forma de ausência de proteção contra atos criminosos perpetrados por indivíduos.

Governança de segurança, fragmentação e privatização

Nossa argumentação parte do princípio que os processos observados no mundo inteiro constituem determinados contextos de violência estrutural e de insegurança fabricada, sendo que estes são simultaneamente por eles criados. Deve-se ainda considerar a fragmentação social e a polarização, especialmente em espaços urbanos, que podem levar maiores grupos populacionais à exclusão, quando o envolvimento nos processos sociais fundamentais ou a preservação do acesso a subespaços urbanos não forem mais possíveis. Além das transformações gerais decorrentes dos processos de globalização, os paradigmas de desenvolvimento neoliberais, bem como os atores políticos e político-econômicos em âmbito global, nacional, regional e urbanístico devem ser devidamente identificados como as causas das crescentes desigualdades e polarizações (cf. Carlos; Volochko).

Desregulações e privatizações acompanhadas por uma redução contínua das medidas assistenciais sociais, principalmente das construções de habitações sociais, foram observadas em quase todo o mundo na virada do milênio. O Brasil foi um dos poucos países que, na década de 2000, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, reintroduziu programas sociais que asseguraram aos grupos de renda mais baixa o acesso ao progresso econômico da classe média amplamente consumista. No entanto, em outros níveis, desenvolveram-se no Brasil novas formas de fragmentação, de isolamento e, por fim, a formação de um enclave. A razão principal da reprodução dos novos processos de espaços urbanos no sentido de um desenvolvimento *property led* é a crescente financeirização. Esta tendência impulsiona grandes reestruturações tanto em áreas urbanas centrais como periféricas por meio do capital nacional e internacional (para o Brasil e São Paulo, cf. Santos 2015a e 2015b; Carlos/Volochko/Álvarez).

Diante deste cenário, junto com estes «metadesenvolvimentos» segue uma privatização paralela e crescente dos espaços que eram antes públicos, bem como uma demarcação de fronteira simbólica incorporada

1. <<http://nevusp.org>>.

2. <<https://nepsufpe.wordpress.com>>.

pela vigilância particular ou pública (videocâmaras, guardas de seguranças) das vias públicas, praças e trajetos, reduzindo desta forma os espaços públicos em uma escala sem precedentes. Por um lado, temos as áreas residenciais das classes de maior poder aquisitivo; por outro, as classes mais baixas e habitações sociais, principalmente os bairros de classe média. Em todos estes casos, observa-se o processo de construção de um muro em relação ao limite externo, o que reduz o espaço público ao mínimo absoluto. Até mesmo o pouco que resta no domínio público é monitorado por câmaras e controlado por serviços de segurança particulares. A formação do enclave ocorre por meio da construção do muro físico e da fronteira externa simbólica, que mostram (ou deveriam mostrar) que o espaço em questão também está sendo controlado, a saber, pelos moradores e não tanto pelos órgãos públicos que zelam pela segurança. A segregação social e as fragmentações em espaços menores refletem, portanto, os processos de segmentação social com enormes consequências para os espaços públicos e para as práticas sociais na esfera pública.

No Brasil, observa-se nas últimas duas décadas um forte crescimento do setor de técnica de segurança, bem como dos serviços de segurança pessoal. Desde 2005, este setor registra um crescimento anual das vendas de até 20% para recursos de segurança eletrônicos em espaços urbanos privados e privatizados. Com a utilização de tecnologias da informação e da comunicação, a suposta proteção contra crimes patrimoniais torna-se assim acessível para um público mais amplo, especialmente para a classe média em consolidação. Ao mesmo tempo, esta tecnologização do mercado de segurança é acompanhada pela pluralização da produção de segurança. Ao invés dos muros físico-espaciais erguidos nas fachadas das casas no livro *Cidade de muros*, de Teresa Caldeira (2008), tornou-se impossível estabelecer limites para a vigilância, o controle de acesso e o isolamento decorrentes do uso de sensores de presença, sistemas de alarme monitorados 24 horas e câmeras de segurança conectadas com a internet (cf. Firmino et al.; Zanetic). Este fato não se observa somente em residências ou bairros residenciais, mas também em shoppings, centros de lazer, farmácias, escolas, estações de metrô, etc. Esta medida de política privada de segurança é desvinculada da iniciativa pública, o que significa, na prática, que uma governança de segurança diversificada desenvolveu-se com estruturas e atores das esferas da economia privada, pública e da sociedade civil. Atualmente, poderosos interesses econômicos exercem um papel importante na proliferação de infraestruturas privadas de segurança, sendo a chave da explicação para a crescente relevância do discurso difundido sobre insegurança e medo (cf. Haubrich).

Criminalidade, vitimização e discursos sobre (in)segurança

A segunda questão a ser abordada em nossa argumentação é a relação de tensões entre a sociedade civil e a política de segurança pública. Várias formas de criminalidade aumentaram no Brasil nas últimas décadas, mas isto não se aplica aos homicídios – embora seu índice permaneça elevado em relação aos níveis internacionais. Certo é que, com uma delinquência permanentemente elevada, o crescimento do índice de vitimização na sociedade é inevitável. Enquanto isso, os casos de vitimização afetam um número crescente de pessoas, seja direta ou indiretamente, em seu ambiente imediato. Algumas pesquisas em São Paulo mostram, por exemplo, um índice de vitimização de 50% nos bairros residenciais da classe média, considerando todos os tipos de criminalidade, incluindo simples furtos (cf. Wehrhahn/Haubrich). Se este número é relevante ou irrelevante, depende do significado de delito para cada indivíduo ou dos valores de referência subjacentes, como o discurso da mídia sobre criminalidade ou a divulgação de estatísticas criminais da polícia. Seja qual for a avaliação da discussão sobre o número de delitos cometidos e o número registrado de atos de violência e criminais, os estudos apontam para uma correlação entre a disseminação da insegurança e um crescente índice de vitimização.

Além disso, o aumento do nível de violência e criminalidade nos anos 90 está diretamente relacionado com a crise orçamentária da chamada «*década perdida*», com as tendências de polarização social e a relativa fraqueza das instituições democráticas no início da década de 90 (cf. Adorno; Kinzo). A persistência da violência policial e a sequência de crises nacionais da segurança pública, com crescente cobertura da mídia desde os anos 2000 (por exemplo, o sequestro de um ônibus no Rio de Janeiro em 2006 e as revoltas que eclodiram em várias prisões estaduais recentemente), levam a uma perda de confiança e um distanciamento da população em relação à polícia, à Justiça e ao cumprimento de pena (cf. Azevedo).

Como consequência direta da crise institucional da segurança pública, a tradição de autonomia federal da política de segurança foi quebrada no Brasil na década de 90, levantando a questão de uma colaboração abrangente no âmbito federal no campo da segurança pública (cf. Soares). O Plano de Ação Nacional (PNSP / FNSP em 2000) e os programas de reformas de desmilitarização, descentralização e municipalização da segurança pública (por exemplo, Sistema Único de Segurança Pública 2003, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania 2007) representaram um marco na luta política contra o déficit de segurança pública em meados de 2000, representando uma mudança decisiva. Com a mobilização das unidades especiais da polícia militar (tropas do Exército) e a

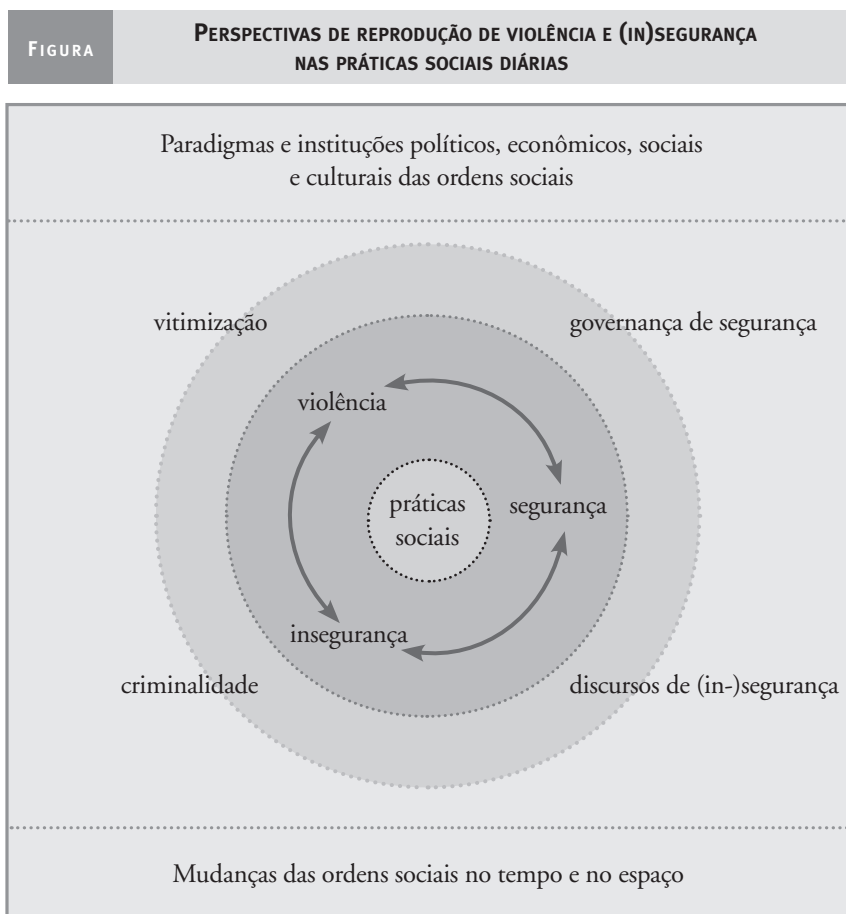
criação de uma guarda nacional, a partir de 2010 observou-se uma forte pressão das forças militares na política de segurança pública para «lidar» com crises de ordem e ondas de violência em diversos estados. A reestruturação progressiva da política nacional de segurança e da política criminal foi acompanhada por um aumento significativo dos gastos com segurança pública.

Desde então, as mudanças da política de segurança e da política criminal no Brasil são dominadas por dois modelos político-criminais. Por um lado, o aumento das penas, o crescente número de presos e o recuo das medidas de privatização da política de segurança são resultados da abordagem «mão dura», ou seja, das medidas repressivas de combate à criminalidade e aplicação das leis. Por outro lado, foi introduzida uma nova política de segurança preventiva e participativa. Medidas estratégicas apoiaram o restabelecimento de um gabinete intermunicipal de segurança (Gabinete de Gestão Integrada), a implementação da polícia comunitária e a criação de Conselhos Comunitários de Segurança (cf. Haubrich/Wehrhahn). Com a implementação do programa de prevenção à criminalidade Cidade Limpa, da Lei Antifumo e da Lei Seca no estado de São Paulo de 2007 a 2012, os conceitos de municipalização da política de ordem e segurança foram ampliados, enquadrando-se na política criminal *law-and-order*.

A introdução desta gestão de riscos baseada em conceitos de política criminal e de ordem ofereceu uma grande oportunidade para os agentes locais, legitimando a remoção dos moradores de rua, do consumo de drogas e do comércio ambulante irregular dos espaços públicos. A implantação operativo-funcional foi assegurada pela expansão gradual dos efetivos policiais, bem como das infraestruturas de informação e de comunicação, em particular com a utilização da vigilância por vídeo em espaços públicos. Além disso, o debate baseado no consenso sobre as prioridades locais de ordem e segurança nos conselhos de prevenção à criminalidade, dominados pela classe média no município de São Paulo, legitimou o discurso da opinião pública, que apoia a estratégia repressiva contra a permanência de grupos marginalizados em certos espaços urbanos pelo bem-estar comum. No entanto, este tipo de prevenção da ordem e segurança instrumentaliza o espaço público como um mero brinquedo dentro da lógica geral de valorização e aproveitamento de políticas urbanas neoliberais (cf. Haubrich/Wehrhahn). Violência e criminalidade tornam-se, desta forma, produtos dos meios de massa e da comercialização da segurança, sendo simples mercadorias do sistema político. Elas formam assim os três pilares da indústria do medo que se difunde não só no Brasil, mas em outras partes do mundo, tornando os espaços em uma «fobópole» (Souza) ou submetendo-os à «alphavilização» (Williams).

Conceitos e métodos da pesquisa

A partir das perspectivas de governança de segurança, criminalidade, vitimização e discursos sobre (in)segurança (cf. figura), a complexidade das diversas formas de violência torna-se mais evidente. Seu papel é crucial no processo de negociação social da incerteza, não só devido a sua forma estrutural, mas também por sua característica inerente de ato ameaçador ou nocivo, bem como a usurpação de seu monopólio de violência. A insegurança é alimentada por diversas fontes. No entanto, ressaltamos que a descrição de possíveis fontes de violência geradoras de insegurança não é o objetivo deste trabalho. Pretendemos aprofundar a relação de troca entre violência e insegurança, levando em conta as práticas sociais no contexto de violência e insegurança. Estas práticas sociais são frequentemente



Fonte: elaboração dos autores.

identificadas nos debates atuais como mera reação (ato/prática), enquanto sua aplicação acaba simultaneamente produzindo este contexto (estrutura).

Para entender o desenvolvimento social e a estabilização deste fenômeno, consideramos neste trabalho a relação de troca entre as dimensões de esclarecimentos estruturais e individuais da transformação social. Com isso, abordamos uma discussão que enfatiza que os processos de transformação social são sempre acompanhados por um construto modificado de violência e insegurança. Para entender a relevância de seu significado enquanto fenômeno social, é necessária uma abordagem relacional dos seus mecanismos constituintes. A teoria de práticas sociais conforme Andreas Reckwitz (2000) e Theodore Schatzki (1996) oferece um quadro de análise adequado, no qual entende-se o social como uma «rede de práticas e arranjos» (Schatzki 2002). Fenômenos sociais estabilizam-se em arranjos de conhecimentos cognitivos e paradigmas repetitivos (Reckwitz 2003). Assim, pode-se conceber violência e insegurança como fenômenos sociais, enfatizando sua constituição estrutural e orientada para ação. Por fim, a questão fundamental é como se transformam as práticas sociais – por exemplo, conversas com vizinhos ou utilização de serviços de escolta nos trajetos noturnos pelo bairro – em relação à crescente insegurança, bem como ao significado social de violência e criminalidade.

Em 2014, foi acompanhada a rotina diária de 70 moradoras e moradores de diversas áreas residenciais da classe média dos bairros Butantã e Jabaquara no município de São Paulo (Brasil), de acordo com a metodologia de pesquisa qualitativa. As gravações linguísticas e documentais foram transcritas e qualitativamente avaliadas pelo método interpretativo hermenêutico. Os resultados devem ser discutidos com base nas práticas da evitação e nas práticas de controle por meio de exemplos.

VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E INSEGURANÇA NA TRANSFORMAÇÃO NOS TECIDOS SOCIAIS DE VIZINHANÇAS

Práticas de evitação

V. (33 anos) nos acolheu calorosamente na entrada de seu apartamento, em um dos três blocos de prédios de 15 andares de um complexo residencial de alto padrão. Já não se coloca a questão de se podemos entrar no apartamento. Após termos nos apresentado pelo sistema de vídeo da portaria e V. ter confirmado nossa visita por interfone, e depois de o portão de ferro maciço ter sido aberto emitindo sinais sonoros e luz intermitente, já estamos dentro há muito. A pergunta normalmente feita nos estudos sobre a escolha do local de residência da classe média brasileira é se há uma

conexão direta entre a opção de morar em um condomínio fechado, enclausurado por trás de muros, e a busca por segurança. Para grande surpresa nossa, V. responde de forma bastante diferenciada: sim e não. É claro que, há dois anos, ele e sua esposa procuraram um lugar seguro para viver na «zona de transição socioeconômica» no bairro Butantã, na região sudoeste. Mas já aconteceu algo de grave com ele alguma vez? V. aponta para a rua tranquila em frente ao seu condomínio e menciona um assalto em seu veículo de empresa, que é segurado. Nada de muito grave. Após este incidente, ele não evita completamente a rua, mas a falta de câmeras de vigilância no espaço público é um fator preocupante para ele. Então a escolha do apartamento foi motivada pela aparelhagem e serviços de segurança oferecidos pelo condomínio? Também não. Na verdade, estes espaços ordenados como o shopping center, a academia de ginástica, seu local de trabalho e seu apartamento transmitem um sentimento de satisfação, fazendo com que se sinta bem cuidado. Quando ele está nestes locais, está sempre tudo bem. Da mesma forma, os amigos organizam cada vez mais as festas de aniversários de seus filhos em buffets de festas infantis ou centros de eventos particulares, ao invés de fazê-los como antigamente no salão do prédio ou no quintal da casa. Estes centros oferecem um serviço completo, desde cerveja gelada para os adultos até animação infantil para as crianças. Então, a segurança é de fato importante? Sim, mas não é tudo, diz V. Obviamente, sua esposa estaciona o seu novo carro em estacionamentos que possuem câmeras de monitoramento, porque são muito mais seguros do que as vias públicas do espaço central da cidade. Mas como ela está sempre atrasada para o trabalho e as vagas na rua são difíceis, ela acaba sempre deixando o carro no estacionamento.

Muitos dos entrevistados mencionaram a comodidade do espaço privado em contrapartida da rotina acelerada do dia a dia; eles também sentem que a desordem da segurança pública se aproxima cada vez mais de sua esfera privada. D. (54 anos) conhece bem a violência e o sentimento de insegurança, tanto nas cidades do Rio de Janeiro e de Fortaleza como no centro de São Paulo ou nos bairros de periferia da cidade. Como este assunto a afeta? Para D., ele está sempre presente, seja na TV, no rádio ou nas conversas com os vizinhos, sendo que as pessoas observam hoje em dia até mesmo quem sai e quando para passear com o cachorro pela vizinhança. Os entrevistados citam sempre estas conversas, debates ou discussões da mídia e das emissoras de rádio e TV quando comentam a violência, as divulgações de estatísticas policiais de criminalidade e os avisos sobre segurança na vizinhança. Falar, discutir e informar tornam-se reflexos automáticos da prática diária, na qual o significado de incerteza, perigo e risco é continuamente atribuído a arranjos sociais definidos.

Após a entrevista na casa de A. (40 anos), fizemos um passeio por sua vizinhança no Butantã. Ele nos mostrou alguns metros adiante de seu prédio várias áreas de risco elevado; nelas, ele fica mais atento e observa mais os detalhes ao seu redor durante as conversas com vizinhos, mas não as evita. Paramos em frente a uma casa geminada com cerca, dispositivo de alarme e câmera de segurança. A. conta que sempre ocorrem pequenos delitos no bairro. Mas os vizinhos se revezam e ajudam. As pessoas possuem uma boa rede de amizades e se mantêm bastante próximas, o que não é o caso em outras vizinhanças. O controle social informal traz para ele sentimento de segurança. O único vizinho que, com suas medidas de segurança aparentes, se fragmenta do tecido social da vizinhança mora justamente nesta casa. E é a única casa que já foi arrombada três vezes.

TABELA 1

PRÁTICAS TÍPICAS DE EVITAÇÃO

- Mudar de casa para apartamento, trocar de bairro, mudar-se da cidade.

- Evitar certos locais e horários, não sair de casa.

- Evitar determinadas atividades (dirigir, ir para restaurante, dar um passeio), ficar em casa à noite.

- Não deixar a porta aberta, não parar com o sinal fechado, fazer um desvio, dar um volta pelo quarteirão.

- Não chamar a atenção, programar o timer da televisão, trocar o carro novo por um mais velho, ir para a casa de táxi, sempre ter alguma companhia, não sair com itens de valor.

Fonte: entrevistas dos autores.

Práticas de controle

Para mim, segurança pública significa poder andar na rua a qualquer momento sem correr o risco de ser assaltado. Isto é o mínimo que a segurança pública deveria garantir. (L., 23 anos).

No entanto, hoje em dia a gente não se sente mais seguro ao andar pelas ruas, ir às compras ou ao trabalho. Há uma falta de confiança geral. (S., 49 anos).

O que se pode fazer para combater o descrédito e a desconfiança (até a polícia local conta com isso)? Estabelecer um serviço de segurança no condomínio ou fazer um «com suas próprias mãos». Este é o lema de S. (49 anos) no bairro do Jabaquara. Em frente ao seu terraço, ela mostra as diversas medidas de segurança que foram instaladas por ela e seus vizinhos

na entrada do pátio do prédio nos últimos anos. Essas medidas abrangem um portão para a garagem, com acionamento manual, mas que em breve se tornará automático, uma câmera e um sistema de comunicação com um dispositivo de alarme. Mas o relacionamento com seus vizinhos já existia antes desta decisão coletiva sobre a instalação do sistema de segurança? «Pode parece incrível, mas a nossa turma de vizinhos se tornou ainda mais coesa depois da instalação das câmeras de segurança».

Segundo R. (28 anos), técnicas de autodefesa, enclausuramento, monitoramento e até mesmo armamento em alguns casos são hoje recursos padrão, caso seja necessário defender-se. Ele me descreve com facilidade todas as medidas de equipamentos e serviços de segurança que implementou para ele e para sua jovem família, não somente em seu edifício no Butantã, mas também no carro e no caminho da sua casa. As práticas de controle abrangem toques de campainha do telefone, observação atenta antes de sair do elevador e verificação frequente do hall de entrada pelo smartphone através de uma das câmeras instaladas durante o horário de trabalho. Levando em conta a instalação, verificação e terceirização, podemos dizer que R. tratou sozinho de sua segurança? «Com certeza!» Ainda que seja um absurdo pagar para ter segurança privada, «porque se pagam impostos, e isso não É POUCO», ele alega que mantém suas expectativas bem baixas em matéria de segurança pública.

Na verdade, segundo R. (50 anos), a realidade do Brasil faz com que o indivíduo pague para ter mais segurança, quer ele queira ou não. Qual é o resultado deste gasto? As pessoas se dividem em duas classes: por um lado, estão aquelas pessoas que podem pagar por um serviço de busca e

TABELA 2

PRÁTICAS TÍPICAS DE CONTROLE

- Fechar a porta à chave, deixar as janelas fechadas, fechar/subir o portão de casa.
- Ficar de olho, espreitar, não abrir a porta a estranhos, prestar atenção nos vizinhos.
- Procurar/pagar por serviços de segurança, trocar o guarda por serviços de uma empresa de segurança, organizar/pagar por seguros/segurança.
- Instalar/usar sistemas de segurança: câmera de segurança (CFTV), interfone, monitoramento, etc.
- Frequentar espaços privados e estacionamentos monitorados, morar num condomínio (fechado).

Fonte: entrevistas dos autores.

entrega oferecido por empresas de segurança privadas, podendo ser assim levadas da porta do metrô diretamente até suas casas; por outro, estão as que não podem pagar por um serviço de segurança e que devem fazer seu caminho a pé até chegar ao seu bairro. Para elas, a insegurança é mais palpável. A solução para o arranjo ineficiente da política de segurança pública está na formalização do controle social, seja pelo uso da técnica ou pela estruturação de uma rede de vizinhos. No entanto, para R. o resultado para ambos os grupos usando o metrô é o mesmo. Não importa de que forma a respectiva classe média investe seu orçamento para exercer a prática de controle, o medo nos espaços públicos é o mesmo e ele só aumenta, cada vez mais.

CONCLUSÕES

A violência e a insegurança estão constantemente no centro dos debates sociais diários, tanto na América Latina em geral como nas grandes metrópoles brasileiras. Nós argumentamos que as diversas formas de violência e de mecanismos de insegurança não devem ser consideradas como fenômenos dissociados de seu contexto, mas sim a expressão de um processo de entendimento e de negociação social. Isto ocorre paralelamente em três níveis interligados, sendo que a teoria das práticas sociais é muito útil para analisá-los em sua abordagem relacional.

Em primeiro lugar, argumentamos que a violência estrutural sob forma de possibilidades desiguais de acesso e de participação aos serviços básicos de infraestrutura legais e socioespaciais, bem como a usurpação do monopólio da violência por meio de uma permanente reorganização da governança de segurança pública, devem ser entendidas como resultados das mudanças estruturais da sociedade brasileira decorrentes da globalização, privatização e fragmentação social e polarização. Em segundo lugar, mostramos que a violência como ato ameaçador está em relação direta com as mudanças fundamentais da política de segurança pública e privada, enquanto a criminalidade e o sentimento de insegurança devem ser considerados como elementos de legitimação política, bem como das práticas diárias para determinadas medidas regulamentares, de segurança e de argumentação. Em terceiro lugar, argumentamos que as mudanças temporais e espaciais das práticas sociais em tecidos sociais de vizinhança assumem um significado especial, permitindo assim a deformação do sentido contextual dos arranjos sociais da incerteza e a reprodução de determinadas formas de violência.

As análises realizadas *in loco*, bem como a pesquisa feita com indivíduos pertencentes à classe média no estado de São Paulo, colocam em evidência

a presença de arranjos sociais, tais como medidas de segurança e efetivos de segurança, assim como o déficit da segurança pública. Estes elementos são temas recorrentes na rotina de mobilidade diária e nas conversas com amigos e vizinhos. A ação se justifica em nome da segurança, como por exemplo através da instalação de câmeras de segurança ou ao se evitar um determinado local durante um passeio. Outras ações correlacionadas são justificadas pelas formações de arranjos, sem nenhum tipo de relevância aparente em termos de segurança, mas estão vinculadas aos processos gerais de transformação social ou, no caso dos estudos apresentados, às mudanças concretas da ação social nos níveis locais da vizinhança.

Seja em nome da segurança ou simplesmente devido às novas condições tecnológicas da era da comunicação digital e do lazer, as atividades diárias ocorrem cada vez mais em casa ou em espaços ordenados, com pessoas que compartilhem as mesmas ideias e opiniões. A utilização reduzida dos espaços públicos está em relação direta com a questão da segurança, como demonstrado pelos exemplos. A retração e o isolamento na vizinhança ou em atividades sociais com amigos ou conhecidos crescem de forma galopante, e as segregações físico-estruturais exigem ao mesmo tempo separação social. Contudo, este fato pode reforçar as inseguranças. Os paradigmas de evitação e de controle não devem, portanto, ser entendidos apenas como uma reação individual a um déficit estrutural em matéria de segurança pública. Pelo contrário, constituem um vasto conjunto de contextos relevantes para a segurança, reproduzindo simultaneamente o significado de insegurança como justificativa para sua própria ação.

Bibliografia

- Abrahamsen, Rita e Michael C. Williams: «Securing the City: Private Security Companies and Non-State Authority in Global Governance» em *International Relations* vol. 21 Nº 2, 2007, pp. 237-253.
- Adorno, Sérgio: «O gerenciamento público da violência urbana – a justiça em ação» em Paulo Pinheiro (ed.): *São Paulo sem medo. Um diagnóstico da violência urbana*, Garamond, Rio de Janeiro, 1998, pp. 227-246.
- Azevedo, Rodrigo Ghiringhelli de: «Justicia penal y seguridad pública en Brasil: causas y consecuencias de la demanda punitiva» em *Revista Brasileña de Seguridad Pública* vol. 3 Nº 4, 2009, pp. 94-113.
- Bilsky, Wolfgang: «Fear of Crime, Personal Safety and Well-Being: A Common Frame of Reference» em Miet Vanderhallen et al. (eds.): *Much Ado about Crime*, Politeia, Bruxelas, 2003, pp. 37-55.
- Bodemer, Klaus, Sabine Kurtenbach e Klaus Meschkat (eds.): *Violencia y regulación de conflictos en América Latina*, ADLAF / Nueva Sociedad, Caracas, 2001.

- Caldeira, Teresa: *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, EDUSP / Editora 34, São Paulo, 2008.
- Carlos, Ana Fani Alessandri: «A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista» em Ana F.A. Carlos, Danilo Volochko e Isabel Pinto Alvarez: *A cidade como negócio*, Contexto, São Paulo, 2015, pp. 25-35.
- Carlos, Ana Fani Alessandri, Danilo Volochko e Isabel Pinto Alvarez: *A cidade como negócio*, Contexto, São Paulo, 2015.
- Firmino, Rodrigo, Fernanda Bruno e Marta Kanashiro: *Vigilância, segurança e controle social na América Latina*, PUC-PR, Curitiba, 2009.
- Haubrich, Dominik: *Sicher unsicher. Eine praktikentheoretische Perspektive auf die Un-/Sicherheiten der Mittelschicht in Brasilien*, Transkript, Bielefeld, 2015.
- Haubrich, Dominik e Rainer Wehrhahn: «Urban Crime Prevention and the Logics of Public Security Policies in Brazil – A Relational Perspective on the Local Fields of Negotiation» em *Die Erde* vol. 146 N^o 1, 2015, pp. 21-33.
- Kinzo, Maria: «A democratização brasileira – um balanço do processo político desde a transição» em *São Paulo em Perspectiva* vol. 15 N^o 4, 2001, pp. 3-12.
- Koonings, Kees e Will Pansters: «Gewalt» em Silke Hensel e Barbara Potthast (eds.): *Das Lateinamerika-Lexikon*, Peter Hammer Verlag, Wuppertal, 2013, pp. 117-119.
- Lima, Renato e Liana de Paula: «Introdução» em R. Lima e L. de Paula (eds.): *Segurança pública e violência. O estado está cumprindo seu papel?*, Contexto, São Paulo, 2008, pp. 7-13.
- Pain, Rachel: «Globalized Fear? Towards an Emotional Geopolitics» em *Progress in Human Geography* vol. 33 N^o 4, 2009, pp. 466-486.
- Reckwitz, Andreas: *Die Transformation der Kulturtheorien. Zur Entwicklung eines Theorieprogramms*, Velbrück Wissenschaft, Weilerswist, 2000.
- Reckwitz, Andreas: «Grundelemente einer Theorie sozialer Praktiken – eine sozial-theoretische Perspektive» em *Zeitschrift für Soziologie* vol. 32 N^o 4, 2003, pp. 282-301.
- Santos, César Simoni: *A fronteira urbana. Urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil*, Annablume, São Paulo, 2015a.
- Santos, César Simoni: «Dos negócios na cidade à cidade como negócio» em Ana F.A. Carlos, Danilo Volochko e Isabel Pinto Alvarez: *A cidade como negócio*, Contexto, São Paulo, 2015b, pp. 13-41.
- Schatzki, Theodore: *Social Practices – A Wittgensteinian Approach to Human Activity and the Social*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996.
- Schatzki, Theodore: *The Site of the Social – A Philosophical Account of the Constitution of Social Life and Change*, Pennsylvania State University Press, Pennsylvania, 2002.
- Soares, Luiz Eduardo: «The National Public Security Policy – Background, Dilemmas and Perspectives» em *Estudos Avançados* vol. 21 N^o 61, 2007, pp. 77-97.
- Souza, Marcelo Lopes de: *Fobópole. O medo generalizado e a militarização da questão urbana*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2008.
- Volochko, Danilo: «Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano» em Ana F.A. Carlos (ed.): *Crise urbana*, Contexto, São Paulo, 2015, pp. 105-127.

- Wehrhahn, Rainer e Dominik Haubrich: «Soziale Fragmentierung und Exklusion im Kontext von Unsicherheit und Gewalt – zum Wandel alltäglicher sozialer Praxis in São Paulo» em Dieter Anhuf (ed.): *Brasilien – Herausforderungen der neuen Supermacht des Südens*, Passau/Passauer Kontaktstudium Geographie 14, Universität Passau, Passau, 2017.
- Williams, Richard: «Architecture and Economies of Violence – São Paulo as Case Study» em Christoph Lindner (ed.): *Globalization, Violence, and the Visual Culture of Cities*, Routledge, Londres, pp. 17-31.
- Zanetic, André: *A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime – Impactos na segurança pública e transformações contemporâneas no policiamento*, USP, São Paulo, 2010.